



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **16 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 5 de maio de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS Projetos de tablets fortalecem polo de informática em Manaus	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Próxima reunião do CAS será realizado no dia 20 de maio	2
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Governo dribla regras para aprovar MPs	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Governo desiste de mudança radical no câmbio e usa real forte contra a inflação.....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Demanda puxa a produção industrial do 1º trimestre.....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO "Temos de conviver com o câmbio", diz Pimentel	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Fluxo cambial fecha abril com saldo positivo de US\$ 1,5 bi	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Sem condição de fiscalizar, governo libera importado	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Saldo da entrada de dólares no país despenca em abril	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Dólar ganha fôlego e volta a ficar acima de R\$1,60.....	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Irritado com barreiras comerciais da Argentina, Brasil fará contra-ataque	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ONLINE Oposição ameaça ir ao STF contra MP 'guarda-chuva'.....	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O DOCUMENTO Senado aprova projeto de ajuda a cidades atingidas por enchentes	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Dilma pega rédeas da economia.....	17
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRÍTICA Projetos de alta tecnologia impulsionam polo de informática no AM	20
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRÍTICA Braga e Átila eleitos para as coordenações.....	22
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA	
	TÍTULO Projetos de tablets fortalecem polo de informática em <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Além dos tablets, foram destaques da pauta da 232ª reunião do Codam projetos para a fabricação de telejogos e embalagens.

Manaus - Os dois projetos para a produção de tablets aprovados, ontem, na 232ª reunião do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam), abrem caminho para o fortalecimento do Polo de informática do Polo Industrial de Manaus (PIM), na avaliação do vice-governador do Amazonas, José Melo, que presidiu o evento.

No total, o Codam aprovou número recorde de projetos em uma única reunião - 41 empreendimentos com investimentos de R\$ 1,243 bilhão e um total de 1.887 empregos, que devem ser implantados ao longo de três anos, segundo planejam as empresas.

Atualmente, existem 27 empresas de informática instaladas no Estado, pouco mais de 5% do parque nacional do setor. “O Amazonas vive um momento ímpar em que o Polo Industrial de Manaus está se consolidando e, mais que isso, se expandindo cada vez mais e adquirindo tecnologia de ponta. Com a ponte

sobre o Rio Negro e a promessa da presidente Dilma (Rousseff) de estender os incentivos para a Região Metropolitana de Manaus teremos um novo horizonte”, enfatizou Melo.

Os conselheiros aprovaram os projetos da Digibrás e da Greenworld, que somam investimentos de R\$ 37 milhões e 71 vagas no mercado de trabalho, quando consolidados.

Para o secretário de Estado de Planejamento, Marcelo Lima Filho, a atração de novos investimentos é fruto do diálogo travado com os empresários e uma abordagem ainda mais agressiva para atrair novas plantas industriais para o setor de informática.

Além dos tablets, foram destaques da pauta da 232ª reunião do Codam projetos para a fabricação de telejogos e embalagens.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Próxima reunião do CAS será realizado no dia 20 de maio		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Em pauta, cerca de 50 projetos de implantação e diversificação, ampliação e atualização, que contribuirão para ampliar os investimentos no Polo Industrial de Manaus (PIM) e gerar novos empregos.

Manaus - A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) informa que a 250ª reunião ordinária do Conselho de Administração da SUFRAMA (CAS) será realizada no dia 20 de maio de 2011, às 15h, no auditório Floriano Pacheco (sede da autarquia), com a presença confirmada do secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alessandro Teixeira, que presidirá a reunião.

Em pauta, cerca de 50 projetos de implantação e diversificação, ampliação e atualização, que contribuirão para ampliar os investimentos no Polo Industrial de Manaus (PIM) e gerar novos empregos.

Na oportunidade, haverá uma programação especial por se tratar da reunião de número 250 na história do Conselho. Inicialmente marcada para o dia 28 de abril, a reunião foi adiada por impossibilidade de comparecimento do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMentel, e do secretário-executivo da pasta ministerial.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo dribla regras para aprovar MPs		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Denise Madueño - O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA

O governo vem usando alguns truques para aprovar com mais facilidade as propostas de seu interesse e reduzir as discussões durante as votações no Legislativo. No lugar de editar medidas provisórias específicas, o governo manda um texto para ser incluído em uma MP já em tramitação. Com isso, atua em duas frentes: a MP tem prazo para ser votada e, ao mesmo tempo, a ação impede que a oposição apresente emendas à proposta.

O artifício consiste em anexar o texto de contrabando a uma medida provisória que já passou pela fase de apresentação de emendas. Sem a oportunidade de apresentar mudanças ao texto, resta à oposição e ao deputado votar contra ou a favor ou apresentar um pedido para suprimir parte da proposta.

Isso ocorre, por exemplo, com a proposta de criar novas regras de licitação para as obras de infraestrutura nos aeroportos para a Copa do Mundo de 2014 e para a Olimpíada de 2014. O governo decidiu

incluir o Regime Diferenciado de Contratações na MP 521, que trata de regras da atividade de médico-residente. Essa MP está trancando a pauta do plenário da Câmara desde o dia 19 de março e terá de ser votada pelo Congresso até o dia 1.º de junho ou perderá a validade.

O mesmo acontece com o aumento de 20% para 49% do capital estrangeiro nas companhias aéreas. Essa proposta do governo será incluída na MP 527 que já está na pauta do plenário. O governo tem adotado outra artimanha. Para facilitar a aprovação, o relator inclui artigos defendidos pelos deputados em troca do voto favorável. O texto, no entanto, é feito de forma a separar esses pontos e permitir que a presidente vete esses itens, sem prejudicar o conteúdo que o governo quer aprovar.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo desiste de mudança radical no câmbio e usa real forte contra a inflação		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Autoridades que defendiam medidas fortes para proteger a indústria, como Mantega, PIMentel e Coutinho, agora aceitam a valorização do real

Beatriz Abreu / Brasília e Raquel Landim / São Paulo - O Estado de S.Paulo

O governo decidiu utilizar o câmbio como mais um instrumento de combate à inflação. Depois de sucessivos meses de aplicação de medidas para conter a valorização excessiva do real, os ministros da área econômica, com o apoio da presidente Dilma Rousseff, entenderam que, neste momento, não está na agenda intervenções ousadas para conter a excessiva valorização do real.

A estratégia é aproveitar a cotação do **dólar** baixo para **importar** produtos que complementam o consumo interno com preços mais baixo aos consumidores.

Mesmo os auxiliares de Dilma mais preocupados com os efeitos do câmbio forte na indústria - Guido Mantega (Fazenda), Fernando **PIMentel (Desenvolvimento)** e Luciano Coutinho (**BNDES**) - concordaram que não é possível mudar a tendência do câmbio este ano.

Trata-se de uma política que não será oficializada e tampouco pode ser interpretada como orientação para que o Banco Central deixe o câmbio flutuar livremente. O BC, sempre que necessário, fará intervenções para manter a taxa equilibrada.

Para um assessor, "não há muito o que fazer" diante de um cenário em que o **dólar** se mantém enfraquecido em relação às principais moedas. "Não podemos ficar de medida em medida", disse. Por isso, a necessidade de "dar um tempo" no debate sobre novas medidas para conter a excessiva valorização do real e

aproveitar o **dólar** fraco para focar no combate à inflação.

Ontem, o **dólar** fechou cotado a R\$ 1,61, alta de 1,45%. No mês de abril, variou abaixo de R\$ 1,60, considerado no **mercado** o "piso informal" do governo.

O discurso dos ministros já mudou. Na segunda-feira, **PIMentel** disse que o "câmbio vai continuar no atual patamar este ano". No Senado, Mantega garantiu que o governo não vai permitir a sobrevalorização do real, mas minimizou o problema. "Não é uma valorização tão excepcional, tendo em vista os fundamentos da economia."

Procurado, Mantega disse que o governo continuará a combater o excesso de fluxo de capitais externos, que é inflacionário, e o excesso de valorização do real, que é prejudicial às **exportações**.

Segundo um auxiliar, Coutinho está "totalmente alinhado" com Mantega. "Nem ao céu, nem a terra. Não é deixar o câmbio correr solto, mas também não haverá medidas radicais", disse o assessor. Coutinho e **PIMentel** não deram entrevista.

Sintonia fina. A operação exige uma sintonia fina entre Fazenda e Banco Central. O BC não trabalha com a hipótese de mudança na política de câmbio flutuante, mas essa flutuação não poderá ser tão livre. Já a Fazenda cedeu e tirou do radar discussões sobre a imposição de quarentena para a saída de capitais, pelo menos agora. "Já não se discute medidas ousadas de intervenção no câmbio", afirmou uma fonte.

A dosagem do IOF é o instrumento considerado mais adequado para evitar o "passeio de recursos em busca de ganhos especulativos no **mercado** financeiro". A alíquota está em 6% e pode ser elevada, se necessário.

"Nem pensar na hipótese de uma aceleração da inflação", disse um aliado de Dilma. "O País mudou de patamar. Não podemos derrubar a economia. Isso significaria perder todo esse cacife político", disse a fonte.

Flutuante

Ontem, o **dólar** fechou cotado a R\$ 1,61, com alta de 1,45%. No mês de abril, a moeda americana variou abaixo de R\$ 1,60, considerado como o "piso informal" do governo.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Demanda puxa a <u>produção</u> industrial do 1º trimestre		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A produção industrial no mês de março apresentou crescimento de 0,5%, o que leva o primeiro trimestre do ano ao resultado significativo de 2,3%. A comparação com o crescimento obtido em março de 2010 não teria sentido, uma vez que no ano passado o carnaval caiu em fevereiro.

O fato novo é a forte queda do índice de difusão em relação a fevereiro: de 66,7% para 48,1%, muito abaixo da média histórica de 56%. Isso poderia representar um sinal de arrefecimento da produção industrial, ou de aumento em alguns setores apenas, em vista da demanda do Dia das Mães.

Mas, ao analisar a produção industrial por categoria de uso, verifica-se que aquela hipótese de afrouxamento da atividade é muito duvidosa. A impressão que se tem é de que o setor teve um crescimento da demanda superior ao que havia previsto.

A produção de bens de capital, que no mês anterior ficou em 2,2%, aumentou para 3,4% em março, é importante para todos os setores e foi puxada pela demanda da construção civil (+26,4%), pelo transporte (+13,9%) e pela não desprezível demanda de equipamentos para as indústrias de bens de consumo duráveis (+5%).

Se a produção de bens intermediários caiu 0,2%, como reflexo do forte impacto das importações, registrou-se um aumento de 5,5% na produção de bens de consumo duráveis, que se distribui entre material eletrônico e de comunicações, eletrodomésticos e

automóveis. Um aumento que parece vinculado ao Dia das Mães.

Tudo indica que a demanda doméstica ficou acima das previsões, por causa de um combate à inflação menos eficaz do que se esperava, levando em conta o aumento dos rendimentos e da massa salarial, o nível de emprego elevado e o volume de crédito importante. Os gastos do governo, ainda que em ligeiro declínio, foram robustos.

A pergunta é se todos esses fatores se manterão. As declarações oficiais indicam que o governo descarta uma política que afete o crescimento, e a política monetária tímida do Banco Central não representa um fator de queda. A elevação do preço das commodities parece ser uma realidade duradoura. A última sondagem do setor dos serviços, que representa quase 60% da formação do Produto Interno Bruto (PIB), indica que ele se mostra ainda mais otimista do que há alguns meses.

Portanto, o quadro é altamente favorável à continuidade de uma demanda doméstica elevada, que a indústria pretende atender. O único fator que poderia mudar a tendência atual seria a perda de poder aquisitivo, em razão da inflação.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO 'Temos de conviver com o câmbio', diz PIMentel		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ministro do Desenvolvimento diz a exportadores que a tendência global é de desvalorização do dólar e o câmbio não vai mudar no curto prazo

Raquel Landim - O Estado de S.Paulo

"A taxa de câmbio não vai mudar e vamos ter que conviver com isso". O alerta foi feito pelo ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Fernando **PIM**entel, em reunião reservada, em São Paulo, com representantes de grandes **exportadores** do País.

Com um discurso considerado "lúcido" e "direto" pelos empresários, **PIM**entel afirmou que "o câmbio não vai mudar no curto prazo" porque a tendência global é de desvalorização do **dólar**. Ele disse ainda que "a tendência dos juros é de alta", por causa da inflação no País.

Segundo participantes do encontro ouvidos pelo Estado, o diagnóstico do ministro é que duas **importantes** variáveis macroeconômicas - câmbio e juros - não vão ajudar as **exportações** tão cedo. Portanto, continuará difícil vender manufaturados lá fora. "Mas vamos ter de conviver com isso", disse **PIM**entel.

Na segunda-feira pela manhã, o ministro conversou com um grupo seletivo de empresários que compõem o Conselho Consultivo do Setor Privado (Conex) da Câmara de **Comércio** Exterior (Camex). O Conex reúne representantes de empresas como Embraer e Vale e de setores como tradings, agronegócio, montadoras, celulose e tecnologia.

À tarde, durante coletiva de divulgação da balança comercial, **PIM**entel disse que o real forte "não ajuda" a **exportação**, mas "vamos ter de conviver com esse câmbio, que não é confortável" para as empresas.

A constatação de que o câmbio seguirá valorizado não significa que o governo "abandonou" a indústria e deixou de se preocupar com os efeitos do real forte.

Compensação. **PIM**entel garantiu na reunião que busca maneiras de "compensar" a questão cambial e "conviver com a perda de eficiência que houve na indústria". Segundo ele, estão em gestação ações tributárias de apoio ao **exportador**, que devem ser anunciadas junto com a nova política industrial este mês.

A equipe do **Ministério** também apresentou na reunião as medidas que vêm sendo tomadas para reforçar a defesa comercial, como endurecer a legislação antidumping. **PIM**entel reforçou que vai seguir atento às **importações**.

O ministro disse ainda que o governo está preocupado com a perda de "qualidade" da pauta **exportadora** por causa do avanço da participação das commodities. "Não temos um problema de quantidade na **exportação**, mas de qualidade."

De maneira geral, os empresários ficaram impressionados com a assertividade do ministro, que, "apesar de ser político, tem atitudes de um gerente, quer resolver". Mas, segundo uma fonte, "o governo se deu conta que a inflação tira voto, mas o **exportador** não traz voto".

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Fluxo cambial fecha abril com saldo positivo de US\$ 1,5 bi		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Fábio Graner - O Estado de S.Paulo

No primeiro mês de vigência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 6% para captações externas de até dois anos, o fluxo cambial encerrou o mês de abril com saldo positivo de US\$ 1,54 bilhão. Os dados foram divulgados ontem pelo Banco Central. Em março deste ano, o fluxo foi positivo em US\$ 12,66 bilhões e, em abril de 2010, positivo em US\$ 2,25 bilhões.

O desempenho do mês passado só não foi negativo porque as **exportações** superaram as **importações**. O fluxo no segmento comercial em abril foi positivo em US\$ 3,31 bilhões, com **exportações** de US\$ 18,81 bilhões e **importações** de US\$ 15,50 bilhões.

No segmento financeiro (investimentos, créditos, viagens, remessas de lucros), houve déficit de US\$ 1,77 bilhão, com entradas de US\$ 34,9 bilhões e saídas de US\$ 36,6 bilhões.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Sem condição de fiscalizar, governo libera <u>importado</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Renata Veríssimo e Eduardo Rodrigues / Brasília
- O Estado de S.Paulo

O governo abandonou a ideia de exigir certificação técnica para a entrada de produtos **importados** no País. A medida foi anunciada pelo ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIM**entel, como uma das ações para reduzir a competição desleal dos **importados** em relação aos produtos nacionais.

O governo chegou a prometer aos empresários a edição de uma medida provisória, mas ontem avisou que o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) não tem condições de implementá-la.

Na reunião do Grupo de Avanço da Competitividade (GAC), realizada ontem no **Ministério** da Fazenda, o ministro Guido Mantega disse que o Inmetro não tem capacidade para fiscalizar com sua estrutura atual, segundo narraram os empresários.

Além disso, o órgão não teria competência legal para realizar a ação nos portos, uma vez que sua rede credenciada só pode certificar produtos produzidos no Brasil.

O governo pretendia endurecer as regras de controle de entrada de **importados** no País, exigindo, para o desembaraço nas alfândegas, os mesmos certificados de segurança e especificações técnicas cobradas dos produtos nacionais vendidos no **comércio** varejo.

Por outro lado, o governo sinalizou que poderá devolver mais rapidamente os créditos tributários de IPI, PIS e Cofins das empresas **exportadoras**.

Elas têm direito à devolução dos tributos pagos em insumos comprados para **produção** de bens exportáveis. A Receita argumenta ter dificuldades em certificar a legalidade do crédito solicitado pelas empresas.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Saldo da entrada de <u>dólares</u> no país despensa em abril		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Volume recuou 88% na comparação com o registrado em março; empresas haviam antecipado investimentos

Analistas dizem que as medidas do governo ajudaram na contenção da entrada da moeda americana no país

LORENNA RODRIGUES

DE BRASÍLIA

Após as medidas tomadas pelo governo para conter o ingresso e evitar uma maior desvalorização do dólar, o saldo entre a entrada e a saída da moeda no país caiu fortemente em abril.

No mês passado, o volume de dólares que veio para o Brasil foi US\$ 1,54 bilhão superior ao que deixou o país. O número leva em conta recursos para aplicações financeiras e comércio exterior.

Apesar de positivo, o saldo registrado em abril ficou bem abaixo dos resultados alcançados nos três primeiros meses do ano e foi 88% menor do que o de março.

Entre o fim daquele mês e o início de abril, o governo anunciou a cobrança de 6% de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) em empréstimos tomados por bancos e empresas no exterior.

Para economistas, a redução do saldo no mês passado se deu porque os investidores anteciparam as aplicações no primeiro trimestre, já temendo as medidas que o governo ameaçava tomar. Até março, o saldo cambial foi 46% maior do que em todo o ano de 2010.

Em abril, depois da tributação dos empréstimos externos, a conta financeira -que computa o fluxo de recursos para bolsa de valores e títulos públicos, entre outros- foi negativa em US\$ 1,7 bilhão.

Para o analista da consultoria Tendências Bruno Lavieri, grande parte do que os investidores programavam aplicar no Brasil no ano já foi trazido para o país até março.

"Com isso, o pior da pressão de apreciação para o câmbio já passou. A tendência é que ele fique estável por alguns meses", afirmou.

Outra explicação para o saldo menor pode ser o aumento da aversão ao risco no mundo: "As incertezas externas fazem com que esse dinheiro busque alguns ativos (países) menos arriscados", diz o economista-chefe do banco ABC Brasil, Luís Otávio Leal, explicando que as intervenções do governo no mercado trazem incertezas.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Dólar ganha fôlego e volta a ficar acima de R\$1,60		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Analistas apontam aversão a risco, inflação e queda na entrada de recursos no país como fatores de valorização

Bruno Villas Bôas e Patrícia Duarte

Numa escalada poucas vezes vista nos últimos anos, o **dólar** comercial subiu ontem pelo terceiro pregão seguido e voltou a ser cotado acima de R\$1,60 - marca que havia perdido quase um mês atrás, em 7 de abril. A moeda americana avançou 1% ontem, cotada a R\$1,605. Uma alta deste nível, em um único dia, não ocorria há mais de seis meses. Os motivos da valorização repentina, no entanto, dividem os analistas. Existem explicações tão diferentes como o aumento da aversão ao risco no mundo, a redução nas apostas contra o **dólar** por estrangeiros no **mercado** futuro, a queda no fluxo de recursos para o país, a inflação acelerada e as medidas adotadas pelo governo para conter a moeda.

Nos últimos três dias, o real foi uma das moedas que mais recuaram em relação ao **dólar**. A moeda americana subiu 2,03% ante o real. O avanço do **dólar** foi menor contra o **dólar** canadense (1,51%), o peso mexicano (1,30%) e a libra esterlina (1,32%), por exemplo.

Para uma parte dos operadores, a rápida valorização pode ser explicada pela redução das apostas contra o **dólar** em contratos negociados na Bolsa de **Mercadorias** e Futuros (BM&F) . Na sexta-feira passada, volume de contratos em que os estrangeiros projetavam queda da moeda era de US\$19,5 bilhões. Ontem, essas apostas haviam encolhido para US\$15,5 bilhões.

- O movimento dos estrangeiros no **mercado** futuro contribui para a formação do preço do **dólar** no **mercado** à vista. Se menos agentes apostam contra o

dólar, menor é a pressão pela desvalorização - disse Jorge Knauer, diretor de Tesouraria do banco Prosper.

Ontem, a cotação do **dólar** em contratos com vencimento em junho fechou em alta 1,01%, a R\$1,607. Os negócios chegaram a 500 mil contratos, algo como US\$25 bilhões movimentados. Nas operações pós-**mercado**, a moeda avançou mais fortemente e chegou a ser negociada a R\$1,627, uma alta de 1,87%

- Os investidores estrangeiros também têm saído da Bolsa brasileira. Eles compram **dólares** para tirar o dinheiro do país e aumentam a escassez da moeda, o que causa valorização. E isso tem sido motivado por aversão a risco - acrescenta Luiz Eduardo Portella, sócio de renda fixa e câmbio do Banco Modal.

O Banco Central (BC) tem contribuído para a escassez de moeda com compras no **mercado** à vista, ainda que a doses homeopáticas. Ontem, a autoridade monetária retirou US\$350 milhões de circulação, segundo estimativas do **mercado**, em dois leilões no **mercado** à vista. Na terça-feira, foram comprados US\$470 milhões.

Fluxo cambial

caiu 90% em abril

No avanço do **dólar** ontem, contribuiu um indicador ruim da economia americana, o que aumentou o apetite dos investidores por aplicações com menor risco pelo mundo. O Institute for Supply Management (ISM) mostrou que o setor de serviços nos Estados Unidos voltou a mostrar expansão em abril, mas a um ritmo menor na comparação dos últimos oito meses. O índice passou de 57,3%, em março, para 52,8%, no mês passado.

Parte dos analistas atribui um peso **importante** também às medidas do governo. No início de abril, o **Ministério** da Fazenda elevou para zero para 6% a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para as contratações de empréstimos no exterior com

prazo de até dois anos. Isso teria fechado portas para a entrada de capital especulativo.

- O **mercado** derrubou o **dólar** a cada medida do governo. A moeda ficou como uma mola, cada vez mais pressionada. Com o cenário externo ruim e a escassez de fluxo, o **mercado** precisou livrar essa mola e agora vemos o salto. Foi uma baixa exagerada - disse Mario Paiva, analista da BGC Liquidez.

Com as medidas do governo para frear a entrada de **dólares** no país, o fluxo cambial - entrada e saída de moeda estrangeira do país - fechou abril positivo em apenas US\$1,541 bilhão, quase 90% menos do que em março, de US\$12,660 bilhões, informou ontem o Banco Central (BC). No ano, no entanto, a cifra acumulada ainda é enorme: US\$37,133 bilhões.

Segundo economistas, a tendência para a moeda nas próximas semanas não está clara. Eles apostam que o **dólar** tocou o fundo do poço na semana passada, quando chegou a ser negociado a R\$1,564. E estimam que a moeda deve oscilar agora entre R\$1,60 e R\$1,65. Mas alertam que notícias menos negativas da expansão mundial e da inflação no **Brasil** podem voltar a pressionar a cotação para baixo.

- O **mercado** internacional está muito incerto e o **dólar**, no mundo, está sem força - disse o diretor de câmbio da corretora Fair, Mário Battistel.

Bolsa volta ao nível de julho de 2010

No mês passado, a conta financeira - por onde passam os investimentos estrangeiros diretos e em portfólio - foi negativa em US\$1,769 bilhão, pela primeira vez no vermelho neste ano. Entre janeiro e abril, por outro lado, o superávit é de US\$29,581 bilhões,

bem acima dos US\$26,004 bilhões vistos em 2010 todo. As compras, no mês passado, somaram US\$34,902 bilhões e as vendas, US\$36,671 bilhões.

- Já dá para ver que as medidas surtiram efeito - disse Battistel.

Não por menos, na última semana de abril, o BC reduziu suas compras de moeda americana, somando no mês US\$5,805 bilhões, bem menos do que os US\$8,825 bilhões de março.

Ainda segundo o BC, em abril, a conta comercial fechou com superávit de US\$3,310 bilhões, com **exportações** de US\$18,811 bilhões e **importações** de US\$15,501 bilhões. A posição vendida dos bancos - quando apostam na queda do **dólar** - ficou em US\$11,731 bilhões em abril, acima dos US\$8,831 bilhões do mês anterior.

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) recuou ontem pelo terceiro pregão seguido. O Ibovespa, referência do **mercado**, caiu 1,09%, aos 63.615 pontos, menor patamar desde 19 de julho de 2010. Em Wall Street, o Dow Jones caiu 0,66% e o Nasdaq, 0,47%.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Irritado com barreiras comerciais da Argentina, <u>Brasil</u> fará contra-ataque		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Fonte do governo diz que Palácio do Planalto prepara respostas "à altura"

Eliane Oliveira

BRASÍLIA e BUENOS AIRES. Brasil e Argentina vivem o pior momento de suas relações comerciais, após anos de trégua, e estão prestes a iniciar mais uma guerra por negócios. As barreiras às exportações brasileiras não param de crescer e, por isso, o governo Dilma Rousseff prepara, segundo uma fonte do primeiro escalão, respostas "à altura, na mesma moeda" ao nosso principal sócio do Mercosul. A imposição de dificuldades para o ingresso de produtos argentinos no mercado brasileiro, a suspensão de negociações sobre investimentos no país vizinho e até um recurso à Organização Mundial do Comércio (OMC) são medidas que estão sobre a mesa e podem ser adotadas.

Há dois grandes fatores de irritação. Um deles é que as autoridades sanitárias argentinas passaram a dificultar o desembarço de mercadorias do Brasil, causando prejuízos milionários às indústrias de massas, balas e chocolates. Para piorar, o governo argentino simplesmente não cumpriu o prazo de 60 dias, que terminou na última terça-feira, para regularizar a liberação de cerca de 200 produtos que perderam licença automática.

- Acabou a conversa. Agora, vamos agir - resumiu uma autoridade do primeiro escalão do governo brasileiro.

A fonte indicou que itens argentinos perderão licença automática e que haverá maior rigor na exigência de documentos, inclusive de produtos perecíveis.

"Está na hora de dar cartão vermelho à catimba"

Segundo uma denúncia encaminhada aos Ministérios do Desenvolvimento e das Relações

Exteriores pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), à qual O GLOBO teve acesso, os mais novos obstáculos estão sendo colocados pelo Ministério da Saúde do país vizinho na emissão, pelo Instituto Nacional de Alimentos (Inal), do certificado sanitário de livre circulação. O documento é fundamental para a comercialização dos produtos no território argentino, e o atraso na liberação, que começou informalmente em fevereiro, já traz prejuízos aos exportadores.

Nos meses de março e abril, o setor de chocolates, amendoins e balas perdeu US\$5,2 milhões. Os exportadores nacionais de massas e biscoitos deixaram de vender US\$800 mil ao mercado argentino. Os produtos são armazenados em depósitos na Argentina, sem permissão para comercialização.

- Está na hora de dar cartão vermelho à catimba do governo argentino - disse o diretor de Comércio Exterior da Fiesp, Roberto Giannetti da Fonseca, fazendo analogia com a velha rivalidade no futebol.

Por enquanto, foram identificados problemas com chocolates, doces e massas em geral. Mas todo o setor exportador brasileiro pressiona o governo a tomar providências. Existe a expectativa que outros artigos alimentícios sejam atingidos pela barreira protecionista argentina.

Em fevereiro, a Argentina anunciou que aumentaria, de 400 para 600 itens, a lista de produtos que deixaram de entrar no país automaticamente. Agora, o desembarço das mercadorias demora, em diversas situações, até mais de 60 dias, ultrapassando o limite permitido pela OMC.

No alvo do país vizinho, massas, balas e chocolates

A situação dos exportadores brasileiros de chocolates, balas e massas foi discutida durante uma recente visita do secretário-geral do Itamaraty,

embaixador Ruy Nogueira, a Buenos Aires. Ele manifestou a preocupação do governo com as novas barreiras sanitárias aplicadas pela Argentina e propôs a realização de um encontro ministerial entre representantes das pastas de Relações Exteriores, Fazenda e Indústria dos dois países.

Segundo fontes do governo brasileiro, representantes das indústrias de chocolates, cacau, amendoim e balas também estiveram em Buenos Aires e conversaram sobre as novas barreiras com o

embaixador Enio Cordeiro. Ontem, O GLOBO entrou em contato com o **Ministério** da Saúde e a Secretaria de Indústria e **Comércio** da Argentina para tentar saber a posição da Casa Rosada sobre o conflito, mas não obteve resposta.

COLABOROU Janaína Figueiredo

	VEÍCULO VALOR ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Oposição ameaça ir ao STF contra MP 'guarda-chuva'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Raquel Ulhôa | De Brasília

05/05/2011

Aécio, com Romero Jucá na CCJ do Senado, acusa inconstitucionalidade na condução da pauta governista no Congresso: "Isso aqui virou um vale-tudo"

Em protesto contra a votação de uma medida provisória que consideram inconstitucional, por conter sete diferentes assuntos, senadores da oposição abandonaram o plenário ontem, acusando os governistas de aprovarem na Casa tudo o que o governo quer. A MP tratava de parcerias público-privadas, sistema habitacional, financiamento a Estados em situação de emergência, rodovias, portos e ajuda ao Haiti.

"Estamos vivendo uma ditadura branca. Tudo o que o governo quer passa", disse o líder do DEM, Demóstenes Torres (GO), que, exaltado, rasgou e jogou no chão cópia da proposta. "Isso aqui virou um vale tudo", afirmou Aécio Neves (PSDB-MG). Para Itamar Franco (PPS-MG), o movimento de ontem foi o início da "reorganização" da oposição em defesa do Senado.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), fez ironia. "Vamos sentir saudade, mas vamos votar assim mesmo", disse. Para os governistas, não havia inconstitucionalidade na MP, que foi aprovada em votação simbólica. Os senadores da oposição afirmaram que irão recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a constitucionalidade da MP, chamada de "guarda-chuva". O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), relator da MP, defendeu a constitucionalidade, argumentando que todos os assuntos tratados tinham relação com questões financeiras e tributárias.

A proposta trata de mudanças no Sistema Financeiro Habitacional (SFH), concessão de crédito ao Banco do Nordeste (BNB), financiamento do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) para

municípios de Alagoas e Pernambuco atingidos por chuvas, possibilidade de a União emitir títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal em favor do Fundo Soberano do **Brasil** (FSB), regras de funcionamento do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP), investimentos da União na malha rodoviária, investimentos federais para a construção do porto do polo industrial de **Manaus**, ajuda ao Haiti e condições para a integralização das cotas da União no Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FFIE).

As MPs têm sido o principal foco de atrito entre oposição e governo no Senado. Ontem, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), PT e PMDB uniram-se contra o parecer de Aécio a uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do presidente do Senado, José Sarney, que muda o rito das medidas provisórias. O parecer de Aécio é considerado inaceitável pelo governo, porque as MPs deixam de ter validade legal imediata. Isso só acontece após uma comissão aprovar a admissibilidade.

O senador José **PIM**entel (PT-CE) apresentou voto em separado, criticando parecer de Aécio a atribuindo a proposta do tucano a "uma disputa política polarizada pelo facciosismo". **PIM**entel defende a votação da PEC como Sarney propôs - que, entre as mudanças, fixa prazos distintos (55 dias) para tramitação de MP na Câmara e no Senado, acabando com a situação atual, em que a Câmara consome praticamente todo o prazo e, quando a MP chega no Senado, já tranca a pauta de votações. O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), marcou reunião da CCJ exclusiva para discutir o assunto na quarta-feira.

	VEÍCULO O DOCUMENTO	EDITORIA	
	TÍTULO Senado aprova projeto de ajuda a cidades atingidas por enchentes		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Da Redação

O plenário do Senado Federal aprovou há pouco o Projeto de Lei de Conversão (PLV) que autoriza a União a subsidiar com juros menores empréstimos do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) para empresas, produtores rurais e microempreendimentos de cidades atingidas por desastres naturais, em situação de emergência ou de calamidade pública. O PLV é decorrente de alterações efetuadas pela Câmara dos Deputados na Medida Provisória 513/10, relatada pelo deputado federal Wellington Fagundes (PR-MT).

A proposta também prevê ajuda, no valor de R\$ 1 bilhão, a municípios de Alagoas, Pernambuco, Rio de Janeiro e outros estados, atingidos por desastres naturais. Outro item dá mais segurança aos mutuários de 450 mil contratos de financiamentos segurados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), passando os direitos e obrigações desses contratos para o âmbito do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

A proposta trata ainda de normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública; e autoriza a Casa da Moeda do **Brasil** a doar ao Haiti 100 milhões de cédulas de gourdes - unidade monetária daquele país.

Inicialmente, o projeto previa ajuda de R\$ 600 milhões para as cidades atingidas por enchentes em Alagoas e Pernambuco. O relator na Câmara dos Deputados, Wellington Fagundes, acrescentou outros R\$ 400 milhões para ajuda aos municípios do Rio de Janeiro atingidos por enchentes em janeiro deste ano. Também ampliou o prazo para busca do financiamento de maio para dezembro deste ano, cabendo ao Conselho Monetário Nacional estabelecer as condições para o financiamento.

Em defesa da proposta no Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), relator da MP, afirmou que todos os assuntos tratados na proposta estavam relacionados a questões financeiras e tributárias.

Habitação

Ainda pelo texto, o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) pode assumir direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), extinto em 2010. De acordo com o Executivo, a medida protege os mutuários de 450 mil contratos de financiamentos que estavam na apólice do seguro do SFH. Rodovias

A MP também alterou o artigo 19 da Lei 11.314/06 que trata, entre outros assuntos, da reestruturação do sistema de transporte terrestre. Com essa mudança, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os estados, fica autorizado a utilizar, até 31 de dezembro de 2012, recursos federais para executar obras e serviços de conservação, manutenção, recuperação, restauração, construção e elaboração de estudos e projetos de engenharia para o setor.

O DNIT fica também responsável pela fiscalização, regulação e operação desses trechos rodoviários, devendo fazer a cobrança pelo uso da faixa e ressarcimento pelos danos causados nos trechos transferidos.

A MP acrescenta ainda, na Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres - do Plano Nacional de Viação - o Porto do Polo Industrial de **Manaus** (AM). Inclui também no sistema rodoviário federal as BRs 80 e 364. A BR 80 liga o Distrito Federal a municípios de Goiás e Mato Grosso, e a BR 364 liga municípios dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma pega rédeas da economia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Discretamente, a presidente Dilma Rousseff corrigiu os rumos da política econômica. Nos primeiros três meses de sua gestão, elegeu o combate à inflação como prioritário, mas declarou guerra também à apreciação do real frente ao **dólar**. Aprovou o aumento do superávit primário das contas públicas, mas desde que não afetasse os investimentos públicos em infraestrutura. Para a campanha contra a inflação, a presidente estabeleceu um limite: o **Ministério** da Fazenda e o Banco Central (BC) deveriam adotar medidas para derrubar os preços, mas sem sacrificar crescimento do **PIB** de 4,5% a 5% em 2011.

Preocupada com a ineficácia da estratégia adotada, Dilma começou a mudá-la em meados de abril. Agora, a contenção da enxurrada de capitais que vem para o país deixou de ser preocupação de curto prazo. O objetivo imediato é combater a inflação. Para alcançá-lo, o governo aumentou o esforço fiscal, adiando, sem alarde, investimentos que, no primeiro trimestre, cresceram 2,5% abaixo da expansão do **PIB**.

Cristiano Romero | De Brasília

Discretamente, a presidente Dilma Rousseff corrigiu os rumos da política econômica. Nos primeiros três meses de sua gestão, elegeu o combate à inflação como prioritário, mas declarou guerra também à apreciação do real frente ao **dólar**. Aprovou o aumento do superávit primário das contas públicas, mas desde que não afetasse os investimentos públicos em infraestrutura. Para a campanha contra a inflação, a presidente estabeleceu um limite: o **Ministério** da Fazenda e o Banco Central (BC) deveriam adotar medidas para derrubar os preços, mas sem sacrificar crescimento do **PIB** de 4,5% a 5% em 2011.

Preocupada com a ineficácia da estratégia adotada, Dilma começou a mudá-la em meados de abril. Agora, a contenção da enxurrada de capitais que vem

para o país deixou de ser preocupação de curto prazo. O objetivo imediato é combater a inflação. Para alcançá-lo, o governo aumentou o esforço fiscal, adiando, sem alarde, investimentos que, no primeiro trimestre, cresceram 2,5% abaixo da expansão do **PIB**.

Na área monetária, o BC mudou os planos, fato que ficou evidenciado na última ata do Copom. Agora, recorrerá mais à taxa básica de juros (Selic) para combater a alta dos preços, na intensidade e duração que forem necessárias, e menos a medidas macroprudenciais, como vinha fazendo desde dezembro.

A inflexão da política econômica começou a ser delineada em meados de abril, durante viagem da presidente à China. Naquele momento, essa política chegou ao "fundo do poço", nas palavras de um assessor graduado do governo. Em meio à escalada dos preços, críticas à política de combate à inflação se generalizaram, acompanhadas de deterioração persistente das expectativas dos agentes econômicos. Além disso, as intervenções da Fazenda para conter a valorização do real, especialmente por meio da aplicação do IOF, se mostraram inócuas.

O ápice do momento ruim foi quando Luciano Coutinho, presidente do **BNDES**, criticou, durante encontro com empresários, o fato de o governo dar prioridade ao combate à inflação e abandonar o câmbio à própria sorte. Dilma percebeu que, além do agravamento dos problemas da inflação e do câmbio, sua equipe tinha divisões internas que estavam vindo a público, tornando confusa a leitura, pela sociedade, da ação do governo.

Em Pequim, a presidente afinou o discurso, proibiu o debate público de integrantes do governo e avisou qual é o norte: o combate, sem trégua, à carestia. Quanto ao **PIB**, publicamente jamais dirá que o governo espera um crescimento inferior a 4% em 2011, mas,

internamente, já foi informada pelo BC de que a economia pode crescer abaixo do potencial este ano.

Afinado, governo muda rumo da política econômica

Cristiano Romero | De Brasília

A presidente Dilma Rousseff acredita que a inflação mensal, medida pelo IPCA, começa a ceder em maio, mantendo-se em patamares baixos nos três meses seguintes. Isso, na avaliação do governo, dará fôlego ao Banco Central (BC) para melhorar as expectativas dos agentes econômicos, que vêm se deteriorando desde o início do ano.

A presidente sabe, no entanto, que apesar da queda do IPCA entre maio e agosto a inflação acumulada em 12 meses poderá superar os 6,5%, o limite superior do intervalo de tolerância do regime de metas. Em conversas reservadas, Dilma tem dito que a inflação de 2011 não é "culpa" deste governo. "O **mercado** vê Dilma como um governo de oito anos [de Lula] e quatro meses. Para ela, seu governo tem quatro meses", diz um assessor.

Dilma aproveitou a reunião do Conselho (Conselho de **Desenvolvimento** Econômico e Social), na semana passada, para harmonizar o discurso do governo. Tanto ela quanto os ministros Guido Mantega (Fazenda) e Antônio Palocci (Casa Civil), além do presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, salientaram em suas apresentações a preocupação prioritária com a inflação.

O propósito foi mostrar ao **mercado** que o governo está unido. Em seu discurso, Dilma reconheceu que os preços subiram no **Brasil** por causa de "choques internos adversos na **produção** de bens como alimentos in natura e etanol", além das pressões internacionais. Insistiu em afirmar que a economia crescerá de forma acelerada em 2011, mas fez isso apenas para não adormecer o "espírito animal dos empresários".

Falando publicamente sobre o tema pela primeira vez neste governo, Palocci fez questão de ressaltar que o ataque à inflação é "sem dúvida uma prioridade que não devemos abandonar". O ministro, seguindo acerto

feito com a presidente, não fala publicamente sobre política econômica, a não ser quando autorizado, mas na convivência diária com ela tem tratado do tema. A "nova" política, focada mais na inflação e menos no câmbio, está mais à sua feição.

No discurso feito no Conselho, Palocci chamou a atenção para a necessidade de o governo desenvolver o **mercado** privado de títulos de longo prazo, uma forma de reduzir a dependência das empresas do crédito subsidiado do **BNDES**. Dois dias depois, a mesma preocupação constava da ata da última reunião do Comitê de Política Monetária do BC (Copom), o que também revelou afinidade entre Palocci e Tombini.

O novo ambiente fez o BC mudar sua estratégia. Agora, a autoridade monetária recorrerá mais à taxa básica de juros (Selic) e menos a medidas macroprudenciais para combater a inflação. Na prática, Tombini se sente mais encorajado a perseguir a inflação com o instrumento convencional de política monetária - os juros. Não vai fazer isso de uma só vez, mas gradualmente, dado o elevado grau de incerteza da economia mundial. O BC rendeu-se também ao fato de que, depois de recorrer a medidas macroprudenciais, os bancos centrais de vários países emergentes voltaram a elevar juros - entre as duas últimas reuniões do Copom, 11 países emergentes fizeram isso.

Definidas as correções da política econômica, a presidente Dilma considera maio o mês do verdadeiro início do seu governo. É neste mês que ela pretende anunciar as iniciativas que, na sua acepção, marcarão a gestão, diferenciando-a da do seu antecessor, Luiz Inácio **Lula** da Silva. "O governo começa, em maio, a ter a cara da presidente", sustenta um assessor.

Na semana passada, Dilma lançou a primeira de cinco iniciativas prioritárias do governo - o Programa Nacional de Ensino Técnico e Capacitação Profissional (Pronatec), voltado para a formação de mão de obra. Ela pretende divulgar, também este mês, e por essa razão vem cobrando pressa do ministro da Ciência e Tecnologia, Aloízio Mercadante, o programa que concederá 75 mil bolsas a brasileiros interessados em estudar Ciências Exatas no exterior.

Uma terceira iniciativa, esta uma promessa da campanha presidencial, é lançar, se possível em maio, o Programa de Erradicação da Pobreza.

Dilma faz seus ministros e assessores correrem contra o relógio para enviar ao Congresso, ainda este semestre, propostas de mudança no regime tributária. Embora não ambicione fazer uma reforma ampla, a presidente quer, com as novidades, dar agilidade à devolução de créditos tributários, beneficiar micro e pequenas empresas, estimular as **exportações**, combater a guerra fiscal e desonerar os investimentos e a folha de pessoal, estimulando o aumento do emprego formal. "Há

cerca de R\$ 15 bilhões em créditos tributários a serem devolvidos às empresas. Isso é pior do que o câmbio [apreciado]", diz um auxiliar de Dilma.

Além da reforma dos tributos, a presidente vai lançar, também em maio, o fórum de gestão e competitividade, um canal permanente de interlocução com o setor privado para discutir a criação de mecanismos que tornem a máquina pública mais ágil e eficiente e menos onerosa. O principal interlocutor de Dilma nesse fórum será o empresário Jorge Gerdau, criador e líder do Movimento **Brasil** Eficiente.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Projetos de alta tecnologia impulsionam polo de informática no AM		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

No total, o Codam aprovou número recorde de projetos em uma única reunião- 41 empreendimentos com investimentos de R\$ 1,243 bilhão e um total de 1.887 empregos, que devem ser implantados ao longo de três anos

Manaus , 04 de Maio de 2011

ACRITICA.COM

Conselheiros aprovaram os projetos da Digibrás e da Greenworld, que somam investimentos de R\$ 37 milhões (Chico Batata/Agecom)

Os dois projetos para a **produção** de tablets aprovados, nesta quarta-feira (4), na 232ª reunião do Conselho de **Desenvolvimento** do Estado do **Amazonas** (Codam) abrem caminho para o fortalecimento do pólo de informática da **Zona Franca** de **Manaus**, na avaliação do vice-governador José Melo, que presidiu o evento. No total, o Codam aprovou número recorde de projetos em uma única reunião- 41 empreendimentos com investimentos de R\$ 1,243 bilhão e um total de 1.887 empregos, que devem ser implantados ao longo de três anos.

Atualmente, existem apenas 27 empresas de informática instaladas no Estado, pouco mais de 5% do parque nacional de empresas do setor. “O **Amazonas** vive um momento ímpar em que o Polo Industrial de **Manaus (PIM)** está se consolidando e, mais que isso, se expandindo cada vez mais e adquirindo tecnologia de ponta. Com a ponte sobre o Rio Negro e a promessa da presidenta Dilma de estender os incentivos para a Região Metropolitana de **Manaus** teremos um novo horizonte. Significa que haverá mais geração de emprego, renda e receita para o Estado fazer investimentos, principalmente em saúde, segurança e educação”, enfatizou o vice-governador.

Os conselheiros aprovaram os projetos da Digibrás e da Greenworld, que somam investimentos de

R\$ 37 milhões e 71 vagas no **mercado** de trabalho. “A instalação de empresas para a fabricação de produtos de alta tecnologia é um indicador **importante** para a consolidação do polo de informática no **PIM**”, avaliou José Melo.

Para o secretário de Estado de Planejamento, Marcelo Lima Filho, a atração de novos investimentos é fruto do diálogo travado com os empresários e uma abordagem ainda mais agressiva pode atrair novas plantas industriais para o setor de informática. “A inserção dos tablets no nosso universo de produtos é muito **importante**. O **mercado** brasileiro está agregando esse produto de alto valor no **mercado**. Para nós, isso significa também que nossa capacidade instalada aumenta e teremos mais longevidade para nossas indústrias”, disse o secretário.

Além dos tablets, foram destaques da pauta da 232ª reunião do Codam projetos para a fabricação de telejogos e embalagens. A Videlolar apresentou projeto com maior volume de recursos, um total de R\$ 465 milhões para a **produção** de filme para fabricação de embalagens e previsão de contratar 153 trabalhadores. A Phitronics submeteu aos conselheiros projeto de **produção** de unidade de disco magnético (HD) com recursos de R\$ 173 milhões e 311 postos de trabalho, enquanto a Masa da **Amazônia** pretende fabricar telejogos com investimentos de R\$ 160 milhões e 116 empregados.

Sete empresas com capital estrangeiro, incluindo sul-coreano, japonês, panamenho, uruguaio e norte-americano, aprovaram projetos no valor de R\$ 390 milhões. Cinco destes do setor eletroeletrônico. Do total de projetos aprovados, 21 são de implantação (empreendimentos de novas empresas), 18 de diversificação (novos produtos de empresas já estabelecidas) e 2 de atualização tecnológica. Os projetos de implantação totalizam R\$ 533 milhões e os

de diversificação R\$ 591 milhões. Os projetos de atualização somam R\$ 118 milhões. Dos 41 projetos incluídos na pauta 20 são de bens intermediários (componentes) e 21 de bens finais.

A primeira reunião do Codam de 2011, realizada em fevereiro, aprovou um total de 28 projetos industriais, estimados em R\$ 719 milhões com geração de 2.718 empregos.

Reforma tributária

Uma das principais discussões entre os membros do Codam foi a proposta de reforma tributária, que está sendo estudada pelo **Governo Federal** e discutida com todos os Estados. A principal defesa do Governo do **Amazonas** é a manutenção da competitividade das indústrias e do regime de incentivos fiscais diferenciados.

Para o vice-governador, José Melo, uma reforma tributária que não assegure os incentivos fiscais concedidos atualmente às empresas será desastrosa, principalmente porque não dará garantias de continuidade a quem já está instalado no **PIM**.

“A reforma tributária poderá quebrar esse momento mágico de consolidação do **PIM**, por isso essa preocupação do governador Omar Aziz. A principal luta é para manutenção dos nossos incentivos porque nós temos um fator que não que é a questão da logística. Estamos longe e as **importações** e **exportações** são

caras. O incentivo é fundamental para o equilíbrio”, disse José Melo.

Para o vice-governador, é preciso garantir a continuidade das vantagens fiscais comparativas em relação a outros Estados do País para que se mantenha a confiança por parte dos empresários que já investem no **Amazonas**. “Garantindo a continuidade dessas vantagens, o grau de confiança e de satisfação vai permanecer e aí, não só essas empresas multinacionais terão abrigo seguro, mas vamos atrair outras empresas nacionais que estão em outros Estados brasileiros”, frisou.

Segundo o secretário de Estado de Fazenda, Isper Abraham, apesar de somente a **Zona Franca** de **Manaus** ter um regime de incentivos o Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**), outros Estados tem concedido vantagens fiscais nesse tributo. “O **Governo Federal** pretende acabar em definitivo com a guerra fiscal. São incentivos que são concedidos pelos Estados e, praticamente quase todos, ao arrepio da lei. Nós reivindicamos que seja cumprido o que está na lei, ou seja, que somente o **Amazonas** conceda benefícios fiscais. Essa guerra fiscal não interessa a ninguém e já tem se mostrado danosa a uma série de Estados”, enfatizou.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Braga e Átila eleitos para as coordenações		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A bancada amazonense escolheu Braga (centro), que tentou recusar o convite; Praciano não esteve presente devido consulta médica

Brasília , 05 de Maio de 2011

ANTÔNIO PAULO

A bancada amazonense escolheu Braga, que tentou recusar o convite; Praciano não esteve presente devido consulta médica e Átila vai coordenar a bancada **regional** de 65 deputados federais do Norte (Helder Prado/Agência Tempo)

Com um atraso de 93 dias, desde a posse em 1º de fevereiro, a bancada do **Amazonas** no Congresso Nacional escolheu ontem, por aclamação, o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) como o coordenador do grupo parlamentar de 2011. A deputada Rebecca Garcia (PP-AM) foi eleita, por unanimidade, vice-coordenadora.

Em reunião na Comissão da **Amazônia**, os coordenadores das bancadas dos sete Estados da Região Norte também aprovaram, por unanimidade, o nome do deputado Átila Lins (PMDB-AM) para coordenar a bancada **regional** de 65 deputados federais do **Amazonas**, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Tentou recusar

Mostrando-se surpreso com a indicação feita pelo deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) e endossado pelos deputados e senadores presentes à primeira reunião do ano da bancada, Braga tentou recusar o convite, alegando falta de tempo, compromissos com a presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCT) e, principalmente, por querer dar espaço, oportunidade a outros parlamentares da bancada, mas não resistiu ao apelo dos colegas.

“A rejeição a essa aclamação, por parte da nossa bancada, seria frustrante para todos nós. Ficaremos lisonjeados com a sua aceitação e prometemos trabalhar e

ajudar capitaneados pela sua experiência e capacidade”, disse o deputado federal Carlos Souza (PP-AM).

Dos 11 membros da bancada, somente o deputado Francisco Praciano (PT-AM) não estava presente à reunião, ausência justificada por estar em consulta médica. E foi justamente a postura oposicionista do petista que Eduardo Braga citou como único empecilho para rejeitar o cargo. “A coordenação é uma tarefa que deve unir toda a bancada dentro de uma articulação e, como ele não está aqui, não sei o que o deputado Praciano pensa sobre isso. Amanhã, ele pode dizer que não aceita. Não quero uma posição que não seja consensual” Enquanto discursava, o senador João Pedro (PT-AM) conversava com o deputado Francisco Praciano pelo telefone. “Ele também apoia a sua indicação”, disse. O consenso se formou e Braga foi aplaudido pelos dez parlamentares da bancada amazonense.

Desafios

Já como coordenador, Eduardo Braga disse que o novo desafio à frente da bancada do **Amazonas** será organizar ações políticas em defesa do **desenvolvimento** sustentável do **Amazonas** e da região amazônica; discutir a prorrogação dos incentivos fiscais da **Zona Franca de Manaus (ZFM)**; dos incentivos da Sudam, a consolidação dos investimentos da Copa do Mundo na cidade de **Manaus** e o Código Florestal. “Portanto, nosso trabalho será fazer articulação política, apoiando os Governos Estaduais da **Amazônia** na relação com o **Governo Federal** e com o Congresso Nacional para que a **Amazônia** se prepare para o futuro e para melhoria do seu povo”, discursou o senador.